

- De acordo com o comando de cada uma das questões de 1 a 25, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**; ou o campo designado com o código **SR**, caso desconheça a resposta correta. Marque, obrigatoriamente, para cada item, um, e somente um, dos três campos da **folha de respostas**, sob pena de arcar com os prejuízos decorrentes de marcações indevidas. A marcação do campo designado com o código **SR** não implicará anulação. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção das suas provas.
- Nos itens que avaliam **Noções de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destros e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto I – questões de 1 a 3

Judiciário: do caos à ordem

1 Atualmente, tornou-se quase rotineiro dizer que o
Estado, nas três dimensões — Legislativo, Executivo e
4 Judiciário —, encontra-se em crise, conclusão que, além de
apressada, parece carecer de uma avaliação equidistante do
momento ora vivido. Sucedem-se manchetes sobre
escândalos dos mais variados matizes, a envolverem tanto o
7 desapego, por certos administradores, a princípios, quanto a
morosidade da justiça ou a violência urbana. Nesse cenário,
o Judiciário afigura-se como a maior caixa de ressonância dos
10 inconformismos externados pela população.

O brasileiro reclama, com razão, da duração de um
processo, intuindo ser a celeridade indispensável para se
13 alcançar o objetivo precípuo da jurisdição: o restabelecimento
da paz social momentaneamente abalada pelo conflito de
interesses. Entretanto, mesmo tendo um direito espezinhado,
16 confia ainda o jurisdicionado na atuação do Estado-juiz e, por
isso, deixa de acionar outros meios de solução de pendências,
distançando-se, assim, à mercê de paixões condenáveis, da
19 composição amigável.

É certo que alguns fatores persistem, dificultando a
entrega da prestação jurisdicional em tempo hábil, a prolaxão
22 da sentença final em período norteado pela razoabilidade.
Citem-se, para exemplificar, o descompasso entre órgãos
juladores e população, a falta de um crivo rigoroso na
25 tramitação do processo legislativo e a ausente independência
técnica, por vezes, do profissional da advocacia,
especialmente na área do Estado. Não obstante, a época é de
28 evolução. Dia a dia, busca-se o aprimoramento da máquina
judiciária, introduzindo-se formas desburocratizadas de
atuação do Estado-juiz, como vem ocorrendo com os juizados
31 especiais. Sob o ângulo das leis, cresce a atenção dada aos
anseios da sociedade, à necessidade de prevalecerem, sempre,
as balizas maiores do estado democrático de direito, os
34 ditames da Constituição da República, que a todos,
indistintamente, submete.

Quando à fúria normatizadora, é preciso aprender-se,
37 vez por todas, que a vida gregária pressupõe regras estáveis
e, portanto, duradouras, abandonando-se o vezo de acreditar-se
na edição de leis como meio de avançar-se, alcançando-se
40 dias melhores. O Brasil não precisa de novos diplomas legais,
mas de homens que observem os existentes.

Marco Aurélio de Mello. **Judiciário: do caos à ordem**. In: **O Globo**, 20/5/2002, "Opinião".

QUESTÃO 1

Considerando as estruturas do texto I, as idéias nele apresentadas e a Lei Complementar n.º 47/1995, que instituiu o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Acre, julgue os itens seguintes.

- 1 De acordo com as palavras do autor, malgrado esteja o Estado brasileiro em crise em suas três dimensões, o Poder Judiciário encontra-se em um momento de franca evolução, canalizando os anseios da população e aprimorando a máquina judiciária.
- 2 Segundo o texto, como o brasileiro ainda acredita na atuação do Estado como juiz dos conflitos de interesses, evita acionar outros meios para a solução de pendências, como a composição amigável.
- 3 O segmento “É certo que” (l.20) introduz um argumento que reconhece o ponto de vista contrário àquilo que o autor busca defender no texto; tal argumento torna-se objeto de contestação a partir da expressão “Não obstante” (l.27) até o final do terceiro parágrafo.
- 4 A prestação jurisdicional se efetiva, no Acre, pela atuação dos órgãos do Poder Judiciário do estado, que incluem o tribunal de justiça, os tribunais do júri e os juízes de direito.
- 5 Na tentativa de resolver os litígios de forma mais célere e devolver a paz social aos jurisdicionados, no estado do Acre, o tribunal pleno pode propor ao Poder Legislativo a criação de novos juízos e comarcas.

QUESTÃO 2

Com relação às estruturas do texto I, às idéias nele apresentadas e à Lei Complementar n.º 47/1995, julgue os itens abaixo.

- 1 De acordo com o texto, uma vez deflagradas as querelas judiciais entre os agentes sociais e interrompida a paz social, a celeridade do processo judicial torna-se o principal objetivo da jurisdição.
- 2 Na linha 36, a expressão “fúria normatizadora” está sendo utilizada para apresentar um ponto de vista positivo com relação à edição de leis e poderia ser substituída, sem prejuízo para o sentido do texto, por **fúria legiferante**.
- 3 No exercício da função de fiscalizar e orientar a justiça estadual, buscando preservar o regular andamento dos serviços judiciais, o corregedor geral da justiça deverá visitar, a cada ano, pelo menos metade das comarcas do estado.
- 4 É freqüente no texto a inversão da ordem sintática sujeito/verbo, mais comum, para verbo/sujeito, o que se pode interpretar como característica do discurso jurídico. Alguns exemplos dessa inversão são: “Sucedem-se manchetes” (l.5), “confia ainda o jurisdicionado” (l.16) e “cresce a atenção” (l.31).
- 5 Com relação às leis e à possibilidade de declaração de sua inconstitucionalidade pelo Poder Judiciário do Acre, somente pelo voto unânime de seus membros pode o tribunal pleno declarar determinada lei inconstitucional.

QUESTÃO 3

No que se refere às idéias e expressões do texto I e à ortografia oficial, julgue os itens a seguir.

- 1 Estão corretas as seguintes relações entre expressão e sentido: “Atualmente” (l.1) indica tempo presente não-especificado em relação ao calendário; “Dia a dia” (l.28) indica frequência; “indistintamente” (l.35) indica modo.
- 2 O texto descreve um estado de coisas objetivamente, com isenção de juízos de valor, o que se percebe particularmente no primeiro e no último parágrafo.
- 3 O substantivo “jurisdição” (l.13) está sendo empregado no texto como sinônimo de **alçada**.
- 4 De acordo com a norma culta da língua portuguesa, a expressão adverbial “Dia a dia” (l.28) admite a grafia alternativa **Dia-a-dia**.
- 5 A substituição do trecho “Quanto à fúria (...) regras estáveis” (l.36-37) por **Com relação à fúria normatizadora, é preciso aprender, de uma vez para sempre, que viver em grupo pressupõe a existência de regras estáveis** seria correta e manteria o sentido original do texto.

Texto II – questões 4 e 5**Acesso à justiça e o moderno**

O juiz é o agente mais reverenciado do sistema de acesso à justiça e freqüentemente é visto como uma autoridade distante da realidade, um ser asséptico e afastado dos seus, com a terrível e temível missão de julgar iguais, o que lhe impede de ser percebido como um deles. Historicamente os juizes sempre foram vistos como aplicadores do direito posto à sua disposição, o que os colocou na condição de mitos e não de seres humanos dotados de sentimentos.

Não é mais possível aceitar essa visão. O juiz moderno não tem apenas um papel profissional, de intérprete e aplicador da lei, especialmente da lei estatal. Deve, sobretudo, envolver-se, institucional e individualmente, com a tarefa de criação e mediação na comunidade, pois não pode esquecer que, quando decide, está dizendo o direito das pessoas. Espera-se do juiz uma atuação, como cidadão, no sentido de ampliar os espaços democráticos, pondo seus conhecimentos a serviço da comunidade, criando, modificando e aperfeiçoando técnicas que possam atender aos anseios sociais.

O exame dos sentimentos morais predominantes na sociedade e a análise das condições econômicas e sociais reinantes, aliados à vontade das partes, devem representar um modelo de comportamento a ser seguido pelo juiz moderno. Este precisa, pois, adotar uma postura crítica como intérprete do direito, de forma a aproximar lei e direito, segurança jurídica e justiça, pugnando pela redução das desigualdades sociais, por uma melhor divisão da riqueza, pela harmonização dos interesses privados antagônicos, pelo justo equilíbrio das relações jurídicas e pelo abrandamento do direito individual sobre o direito da coletividade.

Francisco das C. Lima Filho. **Acesso à justiça e o moderno.**
In: **Correio Brasileiro** (com adaptações).

QUESTÃO 4

Com relação às estruturas do texto II e considerando a Lei Complementar n.º 47/1995, julgue os itens subseqüentes.

- 1 No primeiro parágrafo, a voz passiva em “é visto” (l.2) e “foram vistos” (l.6) foi usada para omitir os agentes da ação verbal, entre os quais se encontra o autor do texto.
- 2 Imediatamente após a expressão “seus” (l.4), deve-se pressupor o vocábulo **amigos**, para que o período tenha sentido.
- 3 Na linha 16, a expressão “como cidadão” refere-se ao pronome “se”, que, por sua vez, tem como referente qualquer cidadão que espere dos juizes uma atuação mais eficaz na sociedade.
- 4 No estado do Acre, o magistrado ingressa na carreira como juiz de direito de primeira entrância, mediante aprovação em concurso de provas e títulos e nomeação pelo presidente do tribunal de justiça.
- 5 Para que possa evitar decisões parciais e contribuir, assim, para o justo equilíbrio das relações jurídicas, o juiz de direito é protegido por norma que o impede de atuar em causa em que seja parte cônjuge ou parente seu até o terceiro grau.

QUESTÃO 5

Considerando os processos coesivos do texto II, as idéias nele apresentadas e a Lei Complementar n.º 47/1995, julgue os itens seguintes.

- 1 A expressão “essa visão” (l.10) remete à idéia principal do primeiro parágrafo do texto, segundo a qual o juiz é muitas vezes visto como uma autoridade distante da realidade e um ser diferente dos demais seres humanos.
- 2 Com o objetivo primeiro de zelar pela segurança jurídica e pela justiça, um juiz de direito poderá atuar a qualquer momento, independentemente da iniciativa de partes ou interessados.
- 3 Mantêm-se as relações sintático-semânticas ao se substituir o vocábulo “pois” (l.25) por **logo**.
- 4 O uso de “pelo”, nas linhas 24 e 29, é exigido para indicar o agente das ações verbais de “seguido” (l.24) e “pugnando” (l.27), respectivamente.
- 5 A expressão “de forma a” (l.26) introduz uma conseqüência possível do conteúdo da oração “Este precisa, pois, adotar uma postura crítica como intérprete do direito” (l.25-26).

Texto III – questões de 6 a 8

A figura abaixo ilustra uma janela do Word 2000 que contém parte de um texto extraído da página *Web* http://www.tj.ac.gov.br/proj_cid/.

**QUESTÃO 6**

Considerando a figura mostrada no texto III, julgue os itens subseqüentes, acerca do Word 2000.

- 1 Para se eliminar o primeiro parágrafo do texto, é suficiente clicar imediatamente após “esportivas.”; pressionar e manter pressionado o botão esquerdo do *mouse*; arrastar o *mouse* de forma que o seu cursor seja posicionado antes do artigo “O”, no início do referido parágrafo; liberar o botão esquerdo do *mouse* e, a seguir, pressionar a tecla **Backspace**.
- 2 Para se inserir, no documento em edição, uma tabela do Excel 2000 com estatísticas do Projeto Cidadão, é suficiente pressionar o cursor do *mouse* no ponto de inserção desejado; no *menu* **Exibir**, clicar a opção Planilha do Excel; editar a planilha com os dados desejados; finalmente, clicar OK.
- 3 Existe recurso no Word 2000 que permite imprimir apenas o primeiro parágrafo do texto mostrado na figura.
- 4 Sabendo-se que o título do texto está com a fonte em negrito, para remover essa formatação, é suficiente: clicar imediatamente após o termo “Cidadão”; pressionar e manter pressionada a tecla **Shift**; tecar **Home**; liberar a tecla **Shift**; clicar **¶**.
- 5 Ao se clicar o botão **¶**, uma nova página em branco será acrescentada ao documento em edição.

QUESTÃO 7

Considerando ainda a figura mostrada no texto III e as estruturas e expressões do texto “**O Projeto Cidadão**”, julgue os itens que se seguem.

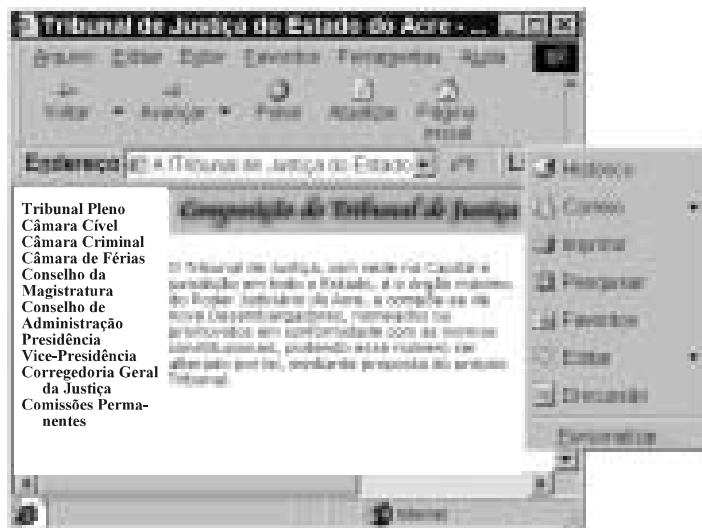
- 1 Ao se realizar a seguinte seqüência de ações, mantém-se o sentido original e a correção gramatical do texto mostrado na figura: selecionar o trecho “; de forma rápida e desburocratizada”, entre a terceira e a quarta linhas do primeiro parágrafo; pressionar e manter pressionada a tecla **Ctrl**; tecar **X**; liberar a tecla **Ctrl**; posicionar o ponto de inserção imediatamente após a palavra “documentação”, na terceira linha do primeiro parágrafo do texto; clicar **¶**; tecar **¶**.
- 2 Com o ponto de inserção posicionado imediatamente antes da palavra “gratuita” — na terceira linha do primeiro parágrafo do texto —, não haveria alteração do sentido original do texto mostrado na figura nem incorreção gramatical, caso a seguinte seqüência de ações fosse realizada: pressionar e manter pressionada a tecla **Ctrl**; tecar três vezes consecutivas a tecla **→**, liberando, em seguida, a tecla **Ctrl**; tecar sucessivamente **P**, **A**, **R**, **A** e, finalmente, a barra de espaço.
- 3 Ao se selecionar o trecho “Ele s”, no segundo período do primeiro parágrafo, clicar **¶**, tecar **Caps Lock** e, em seguida, tecar **S**, será mantida a coesão do texto mostrado na figura.
- 4 Mantêm-se corretos o sentido original e a correção gramatical do texto ao se substituir o segundo período por **Tal projeto surgiu da preocupação de reverter um dado do IBGE: estatísticas mostravam que em 1995, cerca de 68% dos habitantes do estado, não possuíam nenhum tipo de registro legal.**
- 5 No texto, o adjetivo “médico-odontológico” — na penúltima linha do primeiro parágrafo — equivale semanticamente a **médico e odontológico**.

QUESTÃO 8

Considerando a Lei Complementar n.º 47/1995 e com relação ao correto emprego da pontuação, à manutenção do sentido original do texto “**O Projeto Cidadão**” e às expressões nele utilizadas, julgue os itens seguintes.

- 1 Presentes no texto, os vocábulos “reverter” e “retirada” caracterizam-se, ambos, em razão do prefixo “re-” que os forma, por uma noção de repetição da ação verbal.
- 2 Nas quatro últimas linhas do primeiro parágrafo do texto, o trecho “que garantem (...) esportivas.” pode ser corretamente reescrito assim: **que asseguram a pessoas do interior e da capital a possibilidade de retirar documentação gratuita, fazer consultas jurídicas, obter atendimento médico-odontológico, participar de palestras educativas e de atividades culturais e esportivas.**
- 3 No início do segundo parágrafo do texto, em vez de dois-pontos, também seria correto o emprego da expressão “tal como”, desde que estivesse entre vírgulas.
- 4 Rio Branco, onde a parceria com a prefeitura possibilitou ao Tribunal de Justiça do Estado do Acre iniciar as atividades do Projeto Cidadão, é uma comarca de entrância especial, em que as atribuições dos juizes de direito são exercidas mediante distribuição.
- 5 Considere a seguinte situação hipotética.
Um magistrado foi convidado a explicar o funcionamento da justiça no estado do Acre. Tal pronunciamento ocorrerá durante as atividades do Projeto Cidadão e será transmitido pelo rádio para as localidades mais distantes. Nessa situação, em face do princípio constitucional da liberdade de expressão de que goza o Poder Judiciário, o magistrado poderá manifestar livremente sua opinião a respeito de decisões judiciais tomadas no estado, inclusive por meio de críticas e juízos depreciativos.

QUESTÃO 9



A figura acima ilustra uma janela do Internet Explorer 5 que está sendo executada em um microcomputador cujo sistema operacional é o Windows 98. Na janela mostrada, uma página obtida no site <http://www.tj.ac.gov.br>, do TJAC, está sendo exibida. O conteúdo dessa página refere-se à composição do TJAC. A partir dessa figura, julgue os itens que se seguem, relativos à Internet, ao Internet Explorer 5 e à composição do TJAC.

- 1 Sabendo-se que as informações contidas no campo **Endereço** do Internet Explorer 5 referem-se à página mostrada na figura, é correto concluir que o acesso a essa página está sendo realizado em modo *off-line*.
- 2 Sabendo-se que **Câmara de Férias** constitui um *hyperlink*, então ao clicá-lo, um procedimento de acesso a uma página associada a esse *hyperlink* será iniciado, e, caso essa página corresponda a uma página da Câmara de Férias do TJAC e o processo de acesso se concretize, será acessada uma página de um órgão do TJAC de cuja composição não fazem parte o presidente do TJAC e o corregedor geral da justiça.
- 3 Ao se clicar **Avançar**, será exibida, na janela do Internet Explorer 5, a primeira página acessada na sessão de uso atual do Internet Explorer 5.
- 4 Por meio de **Favoritos**, pode-se definir a página mostrada na figura como uma das páginas favoritas do Internet Explorer 5.
- 5 Ao se clicar **Procurar**, será aberta uma caixa de diálogo que permite a procura de determinada palavra no escopo da página mostrada.

QUESTÃO 10

Com relação à Lei Complementar n.º 47/1995, julgue os itens que se seguem.

- 1 Os desembargadores do TJAC são, na sua maioria, juízes de carreira escolhidos pelo tribunal pleno, aos quais se somam aqueles originários do Ministério Público e da carreira advocatícia, que ocupam um quinto das vagas de desembargador, em obediência ao determinado pela Constituição da República.
- 2 As decisões de juízes da infância e da juventude podem ser questionadas mediante recursos a serem apreciados pelo conselho da magistratura estadual, cujos julgamentos, por sua vez, podem ser objeto de recurso com efeito suspensivo para o tribunal pleno.
- 3 Considere a seguinte situação hipotética.

Um juiz de direito do estado do Acre, após cinco anos de efetivo cumprimento de suas funções em comarca do interior, viu seu filho envolvido com os vícios de embriaguez e jogos de azar, fato que chegou ao conhecimento do corregedor geral da justiça.

Nessa situação, o juiz poderá ser removido por interesse público, mediante voto de dois terços dos membros do tribunal pleno.

- 4 O magistrado em disponibilidade, salvo quando esta for punitiva, terá direito a receber seus vencimentos integrais e vantagens incorporáveis e não será prejudicado quanto à contagem de tempo de serviço. No entanto, ficará inelegível para concorrer à promoção por antiguidade durante o período em que se encontrar em disponibilidade.
- 5 Para que determinada comarca no interior do Acre, classificada como de primeira entrância, possa ser elevada à segunda entrância, é suficiente que haja, na comarca, população mínima de oito mil habitantes e pelo menos três mil eleitores, e que a arrecadação de tributos estaduais nessa comarca seja igual ou superior a duas vezes o mínimo exigido para a criação de municípios no estado.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 11

O assistente social judiciário ou forense atua em diferentes órgãos e setores do Poder Judiciário, intervindo prioritariamente nas varas da infância e juventude e nas varas de família e sucessões dos tribunais de justiça. Para atuar eficientemente no Poder Judiciário, o profissional de serviço social deve

- 1 ter uma prática de operacionalização de direitos, compreender os problemas sociais e suas inter-relações com o sistema de justiça.
- 2 executar determinados procedimentos técnicos como o plantão, a triagem, a orientação social e o encaminhamento a recursos comunitários.
- 3 ter responsabilidade teórica e técnica, comprometendo-se com a população atendida e buscando o aperfeiçoamento constante.
- 4 realizar trabalho interdisciplinar com base em um processo de complementariedade, múltipla influência e intercâmbio de saberes.
- 5 ter conhecimento da realidade da população atendida, dos fatores que envolvem o funcionamento do sistema judiciário e suas instituições, bem como dos elementos que formam a estrutura da sociedade.

QUESTÃO 12

A avaliação é parte integrante de todo o processo de planejamento e busca assegurar uma permanente adequação do planejado e do executado à intencionalidade do planejamento, considerando a dinâmica das variações e os desafios permanentes postos na situação enfrentada.

Myrian Veras Baptista. *Planejamento social – intencionalidade e instrumentação*. São Paulo: Veras, 2001, p. 115 (com adaptações).

Com relação aos critérios mais usuais em avaliação, julgue os itens abaixo.

- 1 A avaliação da eficiência incide diretamente sobre a ação desenvolvida, buscando adequá-la aos objetivos gerais do planejamento, sem considerar os custos envolvidos.
- 2 A eficácia é analisada a partir do estudo da adequação da ação ao alcance dos objetivos e das metas previstas no planejamento, observando-se cuidadosamente a relação custo-benefício.
- 3 A avaliação da efetividade refere-se ao estudo do impacto do planejado sobre a situação e à adequação dos objetivos definidos para o atendimento da problemática objeto da intervenção.
- 4 Critérios de eficiência são aqueles relacionados com o rendimento técnico e administrativo da ação, entre os quais incluem-se a otimização dos recursos disponibilizados e os padrões de qualidade dos resultados.
- 5 A avaliação da efetividade apóia-se exclusivamente em dados extraídos da realidade pela própria organização para evitar interferências externas.

QUESTÃO 13

No âmbito judiciário, a perícia social tem a finalidade de conhecer, analisar e emitir parecer acerca de situações vistas como conflituosas ou problemáticas no âmbito dos litígios legais, visando assessorar os juízes em suas decisões. Pode constituir-se em um meio de prova, pois se trata de uma declaração técnica referente aos elementos que sustentam a perícia e de princípios que orientam a ação do perito. Com relação a esse tema, julgue os itens que se seguem.

- 1 A competência técnica refere-se à habilidade do profissional na utilização dos seus instrumentos de trabalho.
- 2 O assistente social deve cuidar para que, no processo de perícia, não seja feita nenhuma intervenção, pois cabe a ele apenas relatar, e não intervir na realidade.
- 3 A competência teórico-metodológica refere-se às construções teórico-metodológicas do serviço social, às teorias, diretrizes, leis e normatizações relativas às políticas e programas sociais.
- 4 A autonomia é um elemento-chave para o desenvolvimento da perícia, porém não é de responsabilidade do perito a definição dos sujeitos a serem envolvidos no estudo social.
- 5 No papel de perito, o assistente social não deve informar aos sujeitos abordados para a realização da perícia os objetivos de seu trabalho, devido ao segredo de justiça.

QUESTÃO 14

A questão social no Brasil

- 1 é um elemento central na relação entre profissão e realidade, pois evidencia a questão da divisão da sociedade em classes, em que a apropriação da riqueza socialmente gerada é extremamente desigual.
- 2 traz como resultantes a pobreza e a exclusão social que permeiam a vida das classes subalternas na sociedade e com as quais o serviço social se defronta na sua prática cotidiana.
- 3 tem sido tratada de forma politizada, com programas que possibilitam o acesso aos bens, serviços e recursos sociais, geridos principalmente pelo terceiro setor.
- 4 precisa ser abordada pelo serviço social como desafio de construir e reinventar mediações capazes de articular a vida social das classes subalternas com o mundo público dos direitos e da cidadania.
- 5 tem recebido atenção especial do Estado no investimento em programas de renda mínima, cujos benefícios as famílias não vêm utilizando corretamente.

QUESTÃO 15

De acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social — Lei n.º 8.742/1993 —, a organização da assistência social tem como base diretrizes e princípios que incluem o(a)

- 1 centralização político-administrativa da assistência social no governo federal e nas instituições de fomento de nível federal.
- 2 participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.
- 3 respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade.
- 4 primazia da responsabilidade das organizações representativas da sociedade na condução da política de assistência social.
- 5 ampla divulgação dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, com exceção dos recursos oferecidos pelo poder público e dos critérios para sua concessão, evitando-se manipulações políticas.

QUESTÃO 16

Com base no código de ética profissional do assistente social, julgue os itens que se seguem.

- 1 É dever do assistente social repassar ao seu substituto as informações necessárias à continuidade do trabalho.
- 2 O assistente social deve sempre intervir na prestação de serviços que estejam sendo efetuados por outro profissional de serviço social, para adequá-los aos princípios definidos pela instituição para a qual tais serviços estejam sendo efetuados.
- 3 É vedado ao assistente social prevalecer-se de cargos de chefia para atos discriminatórios e de abuso de autoridade.
- 4 De acordo com os princípios do código, o assistente social deve ser condescendente com falhas éticas e com erros técnicos praticados por assistente social e qualquer outro profissional.
- 5 É vedado ao assistente social realizar crítica pública a colega e a outros profissionais, mesmo que o faça de maneira objetiva e que possa assumir sua inteira responsabilidade.

QUESTÃO 17

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) considera, para seus efeitos,

- 1 criança a pessoa até onze anos de idade, e adolescente aquela entre doze anos e dezoito anos de idade.
- 2 que a colocação em família substituta estrangeira poderá ser feita normalmente, por meio de guarda, tutela ou adoção.
- 3 a guarda como destinada a regularizar a posse de fato, podendo ser deferida, liminar ou incidentalmente, nos procedimentos de tutela e adoção, exceto no de adoção por estrangeiros.
- 4 que a prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período mínimo de um ano, exclusivamente em entidades não-governamentais sem fins lucrativos.
- 5 que a remuneração do adolescente ou a sua participação na venda dos produtos de seu trabalho desfiguram o caráter educativo da atividade.

QUESTÃO 18

As equipes técnicas das varas da infância — assistentes sociais e psicólogos — são responsáveis pela aprovação e preparação dos interessados/requerentes à adoção e pela colocação das crianças em famílias substitutas. Julgue os itens abaixo, relativos aos critérios estabelecidos pelo ECA para a adoção de crianças e adolescentes.

- 1 O adotante deve ser maior de 21 anos de idade e casado legalmente.
- 2 O adotante deve ser, pelo menos, 21 anos mais velho que o adotando.
- 3 A adoção não poderá, em nenhum caso, efetivar-se sem o consentimento dos pais ou do representante legal do adotando.
- 4 A adoção não depende, em nenhuma hipótese, do consentimento do adotando.
- 5 Os divorciados e judicialmente separados poderão adotar conjuntamente, contanto que acordem sobre a guarda e o regime de visitas, desde que o estágio de convivência tenha sido iniciado na constância da sociedade conjugal.

QUESTÃO 19

A violência sexual deixa marcas profundas na criança e no adolescente e, em muitos casos, é revelada muito tempo após ter ocorrido. Acerca da violência sexual contra crianças e adolescentes, julgue os itens subsequentes.

- 1 Considera-se como violência sexual todo ato, jogo ou relação de natureza erótica destinado a buscar o prazer sexual com ou sem contato físico, com emprego ou não de força física.
- 2 Na violência sexual, a finalidade é sempre o prazer do adulto, responsável único pelas práticas abusivas, o qual, geralmente, não busca a estimulação sexual da criança ou do adolescente vítima.
- 3 A pobreza não pode ser considerada causa de abuso, mas constitui uma situação de risco ao propiciar a promiscuidade, as frustrações da miséria e do desemprego e a falta de diálogo com as crianças.
- 4 Os crimes de abuso sexual contra crianças e adolescentes vêm sendo severamente punidos, o que tem incentivado a denúncia dessas situações e eliminado os pactos de silêncio e tolerância em relação a esses crimes.
- 5 A violência sexual intrafamiliar está envolta em relações complexas da família, pois os abusadores são parentes ou pessoas próximas das vítimas, vinculando sua ação à sedução e à ameaça ao mesmo tempo.

QUESTÃO 20

O ECA determina que, verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente medidas socioeducativas. Entre essas medidas, inclui-se a internação, que consiste em uma medida privativa de liberdade. No que se refere a esse assunto, julgue os itens que se seguem.

- 1 A medida de internação tem prazo determinado, podendo, mediante decisão fundamentada, ser reavaliada a cada ano.
- 2 Estando internado, o adolescente será transferido automaticamente para uma penitenciária ao completar 21 anos de idade.
- 3 A internação deverá ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes; nela, serão obrigatórias atividades pedagógicas.
- 4 O adolescente tem o direito de ser informado de sua situação processual, sempre que solicitar, e de avistar-se com o seu defensor apenas na presença do juiz.
- 5 A medida de internação só poderá ser aplicada quando se tratar de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa.

QUESTÃO 21

O conselho tutelar, previsto no ECA, é um órgão permanente e autônomo, não-jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. No que diz respeito ao conselho tutelar, julgue os itens que se seguem.

- 1 Não há obrigatoriedade de existência de conselho tutelar nos municípios, assim como não há requisitos exigidos para a candidatura a conselheiro tutelar.
- 2 Nos municípios, o conselho tutelar é composto por cinco membros escolhidos pela comunidade local e mais cinco membros escolhidos pela Câmara de Vereadores.
- 3 É atribuição do conselho tutelar assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.
- 4 Os recursos necessários para o funcionamento do conselho tutelar deverão estar previstos na lei orçamentária municipal.
- 5 É atribuição do conselho tutelar promover a execução de suas decisões, podendo, para tanto, requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança.

QUESTÃO 22

Muitos são os modelos de intervenção para se estudar, compreender e auxiliar as famílias que se encontrem em dificuldades. A mediação surge como uma das técnicas no campo das soluções alternativas para a resolução de conflitos. Em relação à mediação, julgue os itens abaixo.

- 1 A mediação atua no sentido de explorar significados, trazendo à tona uma profundidade de experiência e de pensamento que vai além da visão individual dos participantes.
- 2 A mediação é um processo formal, não-voluntário e com exigências mínimas, como confiabilidade e imparcialidade.
- 3 Entre as premissas da mediação inclui-se a crença de que as pessoas têm competência para resolver seus problemas.
- 4 A mediação é um processo sem temas definidos, com tempo ilimitado, que trabalha subjetivamente o passado, o presente e as perspectivas para o futuro.
- 5 A utilização das técnicas na mediação busca, principalmente, o entendimento, o reconhecimento e o respeito entre as partes, para que estas possam determinar o rumo e o resultado da mediação em conjunto.

QUESTÃO 23

Segundo Maria do Carmo Brant de Carvalho, no lugar de uma política social movida pela compaixão, deve-se buscar a consolidação de uma política movida pela lógica do reconhecimento dos direitos sociais e, portanto, da justiça e da equidade. Em resposta às demandas das famílias em processo de fortalecimento e de construção de projetos de vida autônoma, os programas de geração de trabalho e renda devem ter princípios que incluem o(a)

- 1 primazia das dimensões ética, estética e comunicativa.
- 2 desenvolvimento da auto-estima.
- 3 priorização da análise das vulnerabilidades do grupo familiar para prevenir fracassos.
- 4 fortalecimento dos vínculos relacionais.
- 5 liberação do Estado das responsabilidades em relação à proteção social.

Texto IV – questões 24 e 25

Mais de nove milhões de pessoas no Brasil já utilizaram, pelo menos uma vez, algum tipo de droga que não seja o álcool ou o tabaco. Esse número, que equivale a 19,4% das 47 milhões de pessoas entre 12 e 65 anos de idade nas cidades pesquisadas, foi constatado no primeiro levantamento domiciliar sobre o uso de drogas no Brasil, que ouviu 8.589 pessoas. A pesquisa concluiu que 6,9% da população das cidades pesquisadas já usou maconha e 2,3%, cocaína. A pesquisa foi feita em todas as 107 cidades com mais de 200 mil habitantes, o que representa pouco mais de 70 milhões de pessoas, ou 41,3% da população do país. Segundo a pesquisa, 11,2% da população brasileira é dependente de álcool, 9%, de tabaco, e 1%, de maconha. O álcool e o tabaco lideram o *ranking* das substâncias mais utilizadas pela população, com, respectivamente, 68,7% e 41,1%.

Pesquisa realizada pelo Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID). In: Folha de S. Paulo, 20/6/2002 (com adaptações).

QUESTÃO 24

Há basicamente dois tipos de ações preventivas em relação às drogas: a proposta de redução da oferta e a proposta de redução de danos. Considerando o texto IV, julgue os itens que se seguem, relativos à proposta de redução de danos.

- 1 Tem como consequência obrigatória uma rejeição a qualquer contato com drogas.
- 2 Tem o pressuposto de que, quanto mais satisfeita e consciente a pessoa estiver, menores serão as possibilidades de ela se envolver problematicamente com drogas.
- 3 Pretende uma orientação sistemática para garantir uma formação adequada, oferecendo as condições de discernimento acerca das questões que dizem respeito à vida.
- 4 Tenta retardar o primeiro contato com drogas para que, caso isso aconteça, o indivíduo já esteja estruturado psicologicamente e amadurecido.
- 5 Não admite soluções parciais, reconhecendo apenas a abstinência total como opção.

QUESTÃO 25

Os dados epidemiológicos apontados na pesquisa descrita no texto IV permitem concluir que o uso de drogas lícitas é um grave problema, o que justifica uma abordagem específica acerca dessa questão. No que se refere a esse assunto, julgue os itens abaixo.

- 1 Por não proibirem a venda de bebidas alcoólicas a menores de dezoito anos de idade, restringindo-lhes o consumo apenas a bares e locais públicos, as leis brasileiras são omissas quanto ao uso de drogas lícitas.
- 2 Os familiares geralmente estão envolvidos no uso inicial de álcool pelos adolescentes, seja pela tolerância frente ao uso, seja pela participação ou facilitação de seu uso.
- 3 Um importante caminho de intervenção contra o uso de álcool entre adolescentes é o aumento da comunicação entre pais e adolescentes, de modo que aqueles conheçam como e onde estes estão despendendo seu tempo livre.
- 4 Os programas de prevenção devem ser adaptados para atuar na natureza específica do problema de consumo de álcool na comunidade local.
- 5 Os programas de prevenção devem ser universalizáveis, abrangendo pessoas de qualquer idade, e intensivos, devido a ser sempre elevado o risco de uso das substâncias.